



LUÍSA CRISTINA PINTO E NETTO
EURICO BITENCOURT NETO

Coordenadores

**DIREITO ADMINISTRATIVO
E
DIREITOS FUNDAMENTAIS
DIÁLOGOS NECESSÁRIOS**

Área específica

Direito Administrativo

Áreas afins

Direitos Fundamentais; Direitos Sociais;
Direito Constitucional

Público-alvo/consumidores

Estudantes de graduação e pós-graduação; professores de Direito; profissionais do Direito (advogados, magistrados e membros do Ministério Público); estudantes brasileiros nas Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra (são centenas a cada ano)

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000362

O trabalho que nesta oportunidade vem a lume, com o selo de qualidade e credibilidade da Editora Fórum, traduz dupla via de intercâmbios: entre os campos dogmáticos do Direito Administrativo e dos Direitos Fundamentais e entre as Escolas Juspublicistas brasileira e europeia, em especial, portuguesa.

(...)

Uma das mais significativas áreas de incidência dos Direitos Fundamentais é, sem dúvida, o Direito Administrativo, nascido autoritário de uma revolução libertária, hoje sujeito a contínuas reconstruções de seu instrumental, seja para torná-lo permeável ao sistema constitucional de Direitos Fundamentais, seja para adaptá-lo aos frequentes abalos de crises econômicas e financeiras, ou, ainda, particularmente no caso brasileiro, para moldá-lo à imagem e semelhança de uma Constituição democrática, com pouco mais de duas décadas de vigência.

(...)

Espera-se que os diálogos entre o Direito Administrativo e os Direitos Fundamentais travados nesta obra – e há uma pluralidade de outros a serem entabulados – possam ao menos estimular, para além da intensificação sempre enriquecedora das relações acadêmicas entre Brasil e Portugal, o aprofundamento e a continuidade do aprimoramento do Direito Administrativo, para que este possa oferecer instrumentos mais adequados aos desafios de nosso tempo e para que se possa constituir, com mais qualidade, em um dos meios para a construção de uma sociedade menos distante de nossos melhores ideais.

| | |
|------|--|
| D598 | Direito administrativo e direitos fundamentais: diálogos necessários / Coordenadores : Luísa Cristina Pinto e Netto, Eurico Bitencourt Neto. – Belo Horizonte : Fórum, 2012. 320 p. ISBN 978-85-7700-610-6 1. Direito administrativo. 2. Direitos fundamentais. 3. Direitos sociais. 4. Direito constitucional. I. Netto, Luísa Cristina Pinto e. II. Neto, Eurico Bitencourt. CDD: 342.06 CDU: 342.922 |
|------|--|

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NETTO, Luísa Cristina Pinto e; BITENCOURT NETO, Eurico (Coord.). *Direito administrativo e direitos fundamentais: diálogos necessários*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 320 p. ISBN 978-85-7700-610-6.

Luísa Cristina Pinto e Netto

Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Procuradora do Estado de Minas Gerais. Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Diretora-Secretária do Instituto Brasileiro de Estudos da Função Pública. Coordenadora da *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública*. Autora de diversas publicações, dentre as quais *A contratualização da função pública* (Belo Horizonte: Del Rey, 2005); *Os direitos sociais como limites materiais à revisão constitucional* (Salvador: JusPodivm, 2009); *Participação administrativa procedimental: natureza jurídica, garantias, riscos e disciplina adequada* (Belo Horizonte: Fórum, 2009); *O princípio de proibição de retrocesso social* (Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010).

Eurico Bitencourt Neto

Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vice-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Presidente do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Estudos da Função Pública. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Pesquisador do Programa Alβan e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal. Professor. Ex-Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Ex-Subsecretário de Casa Civil do Governo do Estado de Minas Gerais. Autor de diversas publicações, dentre as quais *Improbidade administrativa e violação de princípios* (Belo Horizonte: Del Rey, 2005); *Mandado de injunção na tutela de direitos sociais* (Salvador: JusPodivm, 2009); *Devido procedimento equitativo e vinculação de serviços públicos delegados no Brasil* (Belo Horizonte: Fórum, 2009); *O direito ao mínimo para uma existência digna* (Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2010).

SUMÁRIO DO LIVRO:

APRESENTAÇÃO

NOTA DE LEITURA

A VINCULAÇÃO IMEDIATA DAS AUTORIDADES PÚBLICAS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS DIREITOS COLETIVOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS “ESTATUTÁRIOS” NO BRASIL – O EXEMPLO DO DIREITO DE GREVE – ALGUM PARADOXO OU NECESSIDADE DE REFLEXÃO?

Ana Cláudia Nascimento Gomes, Bruno Albergaria

O DIREITO A UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA EM PRAZO RAZOÁVEL

Ana Fernanda Neves

A FRUIÇÃO DO AMBIENTE – UM INTERESSE PROCEDIMENTALIZÁVEL

Carla Amado Gomes

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – O QUE DEVE MUDAR EM FACE DA LEI Nº 12.401/2011

César Caúla

CÓDIGOS DE ÉTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DEVERES, INFRAÇÕES E SANÇÕES. UM REGIME DISCIPLINAR À PARTE?

Clarissa Sampaio Silva

VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO MÍNIMO EXISTENCIAL

Eurico Bitencourt Neto

OS DIREITOS SOCIAIS ENTRE PROIBIÇÃO DE RETROCESSO E “AVANÇO” DO PODER JUDICIÁRIO? CONTRIBUTO PARA UMA DISCUSSÃO

Ingo Wolfgang Sarlet

PROCEDIMENTALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO – IMPOSIÇÕES JUSFUNDAMENTAIS À ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Luísa Cristina Pinto e Netto

ESTADO DE GARANTIA E MERCADO

Pedro António P. Costa Gonçalves

CONTROLE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Rodolfo Viana Pereira

CONTROLO JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE DEMOCRÁTICA DA
ADMINISTRAÇÃO

Sérvulo Correia

SOBRE OS AUTORES